

CONTRATO

1.º Outorgante:

VIMAGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M. S.A. pessoa colectiva n.º 505 993 082 com sede na Rua Rei do Pegú, n.º 172, da União das Freguesias de Oliveira, S. Sebastião e S. Paio, 4810-025 Guimarães.

2.º Outorgante

NIF: _____ Nome: _____

residente em _____

telefone: _____ e-mail: _____

(para envio de informação relativa à execução do contrato)

Local de Consumo:

Rua/Lugar: _____

Código postal: _____ - _____

Freguesia: _____ Concelho: _____

Prédio com captação própria? sim não

(A preencher pela empresa)

Tipo de cliente: _____

Tarifa: _____ Calibre: _____ Outros: _____

Pelo presente contrato, o 1.º Outorgante obriga-se a prestar ao 2.º Outorgante, mediante o pagamento dos valores apresentados pela VIMAGUA e referente ao processo acima indicado, os serviços de fornecimento de água/saneamento, sendo este contrato regulado pelo Regulamento n.º 99/2019 e demais legislação aplicável.

Vimágua, _____ de _____ de _____.

Informação Os dados pessoais recolhidos, no âmbito do presente pedido, destinam-se à sua execução e à prestação de serviços afins, podendo os titulares dos dados, devidamente identificados, exercer os direitos que decorrem da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD), junto da Vimágua EIM SA, enquanto entidade responsável pelo tratamento. Contactos do Encarregado de Proteção de Dados: protecaodados@vimagua.pt

Integram o presente formulário o Termo de Tratamento de Dados Pessoais e Termos de Fundamentação e Informação sobre Tratamento de Dados Pessoais, declarando, ao subscrever o formulário, ter ficado consciente de todos os direitos e obrigações que deles constam.

O Cliente⁽¹⁾

Vimágua, E.I.M. S.A

Assinatura conforme CC

CC n.º _____

CONTRATO AUTÓNOMO

Saneamento de águas residuais urbanas

Condições Gerais

1.^a

Objeto do Contrato. Obrigações de serviço público essencial

1. O presente contrato tem por objeto a prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas.
2. A Vimágua observará no exercício da sua atividade o disposto no Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e demais legislação aplicável em matéria de obrigações de serviço público, nomeadamente, no que se refere às condições de recolha, regularidade, qualidade e preços do serviço, bem como à proteção do ambiente.
3. A Vimágua obriga-se a proporcionar uma adequada rejeição de águas residuais e o Utilizador obriga-se a fazer uma utilização adequada do serviço, de acordo com as normas regulamentares e ao respetivo pagamento nos termos das exigências legais e regulamentares em vigor.
4. A obrigação de proporcionar uma adequada rejeição e tratamento de águas residuais só existe quando as redes prediais estiverem devidamente licenciadas e mantidas em bom estado de conservação e funcionamento, nos termos das disposições legais aplicáveis, e efetuada a respetiva ligação à rede pública de saneamento.

2.^a

Duração do Contrato

Os contratos consideram-se em vigor a partir da data da sua assinatura ou da entrada em funcionamento do serviço, terminando a vigência do contrato quando denunciado.

3.^a

Faturação

1. A faturação é, nos termos da lei, mensal.
2. As faturas conterão os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, incluindo a sua desagregação.
3. Os serviços prestados, através de contrato autónomo, serão faturados, nos termos do ponto II.2 da Estrutura Tarifária, anexa ao Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas

4.^a

Pagamento

1. O pagamento das faturas é efetuado nos locais que a Vimágua coloca à disposição do utilizador e nas modalidades de pagamento acordadas entre as partes.
2. O prazo limite de pagamento vem mencionado na correspondente fatura.
3. O não pagamento da fatura dentro do prazo estipulado para o efeito constitui o cliente em mora e pode fundamentar a interrupção do serviço, conforme consta da cláusula 8.^a.

4. Os atrasos de pagamento ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor, calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento da fatura.

5.^a Cobrança coerciva

A cobrança de dívidas provenientes do serviço de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos são coercivamente cobradas em processo de execução fiscal, nos termos e para os efeitos do disposto no Código de Procedimento e de Processo Tributário, sendo os respetivos processos tramitados pela Autoridade Tributária.

6.^a Caução

1. Os utilizadores não domésticos estão obrigados ao pagamento de uma caução para garantia dos valores aplicáveis ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas.
2. Poderá, ainda, ser exigida uma atualização ou reforço da caução aos utilizadores que não satisfaçam pontualmente as suas obrigações contratuais.
3. Em caso de denúncia do contrato, a caução será reembolsada somente após a liquidação de todos os débitos.

7.^a Tarifas e Preços

1. A Vimágua fixa anualmente, por deliberação do órgão competente, nos termos dos respetivos Estatutos e da Lei, as tarifas e preços correspondentes aos serviços de saneamento de águas residuais urbanas, os quais são aprovados pela Entidade Titular.
2. Na falta dessa deliberação, as tarifas e preços sofrerão uma atualização automática, de acordo com a evolução do índice de preços no consumidor, com a exceção da habitação, para que os novos montantes entrem em vigor no dia 1 de janeiro de cada ano civil.
3. A informação de alteração de tarifário acompanhará a primeira fatura subsequente.
4. No ato de celebração do contrato será entregue ao utilizador o tarifário em vigor.

8.^a Continuidade e interrupção da recolha e restabelecimento da recolha

1. O serviço de saneamento de águas residuais urbanas deve ser permanente e contínuo, só podendo ser suspenso ou interrompido nas situações previstas no Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, designadamente, por casos fortuitos ou de força maior, por razões de interesse público, de serviço, por acordo com o utilizador ou por facto que lhe seja imputável.
2. A Vimágua pode interromper a recolha de águas residuais urbanas, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:
 - a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de recolha de águas residuais urbanas e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço e não seja possível a interrupção do abastecimento de água;

- b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a interrupção;
- c) Quando forem detetadas ligações clandestinas ao sistema público, uma vez decorrido prazo razoável definido pela Vimágua para regularização da situação;
- d) Quando forem detetadas ligações indevidas ao sistema predial de recolha de águas residuais domésticas, nomeadamente, pluviais, uma vez decorrido prazo razoável definido pela Vimágua para a regularização da situação;
- e) Quando forem detetadas descargas com características de qualidade em violação dos parâmetros legais e regulamentares aplicáveis, uma vez decorrido um prazo razoável definido pela Vimágua para a regularização da situação;
- f) Mora do utilizador no pagamento da utilização do serviço, quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água;
- g) Em outros casos previstos na lei e no Regulamento de Serviço.

3. A interrupção da recolha de águas residuais urbanas, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a Vimágua de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e, ainda, de impor as coimas que ao caso couber.

4. A interrupção da recolha de águas residuais, com base na alínea f), só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de vinte dias relativamente à data que venha a ter lugar e deve ter em conta os impactos previsíveis na saúde pública e na proteção ambiental.

5. Não podem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à Vimágua, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.

6. A interrupção do serviço não exclui a responsabilidade civil e criminal em que o utilizador haja incorrido.

7. O restabelecimento do serviço de recolha de águas residuais urbanas, interrompido por motivo imputável ao utilizador, depende da correção da situação que lhe deu origem.

8. No caso da mora no pagamento, o restabelecimento depende do prévio pagamento de todos os montantes em dívida, ou da subscrição de um acordo de pagamento, conforme regras definidas pela Vimágua, considerando-se como dívida todas as faturas cuja data limite esteja ultrapassada na data do pagamento, incluindo o pagamento da tarifa de encargos de processo de corte.

9. O restabelecimento da recolha é efetuado no prazo de 24 horas após a regularização da situação que originou a interrupção, sem prejuízo das situações em que tal prazo se revele insuficiente por razões de complexidade técnica atendíveis.

9.^a

Denúncia do Contrato

1. A cessação deste contrato pode verificar-se:
 - a) Por motivo de desocupação da instalação.
 - b) Por morte do titular deste contrato, salvo nos casos de transmissão por via sucessória, ou extinção da entidade titular deste contrato, desde que estes factos sejam comunicados por escrito à Vimágua

2. O presente contrato resolve-se, automaticamente, quando, no período de sessenta dias, a contar da data da suspensão do serviço, não for regularizado o motivo da suspensão, presumindo-se, nestas situações, a perda de interesse na manutenção do contrato por parte do utilizador, ou incumprimento definitivo do mesmo.

10.^a

Reclamações e resolução de conflitos

1. As reclamações decorrentes deste contrato podem ser apresentadas por escrito (e-mail, fax ou carta), por telefone ou pessoalmente nas instalações da Vimágua e deverão conter a identificação, a morada do local de consumo, o número de cliente, a descrição dos motivos da reclamação e outros elementos informativos que possam facilitar o seu tratamento.
2. Das decisões do Presidente do Conselho de Administração cabe recurso para o Conselho de Administração, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação das referidas decisões.
3. Sem prejuízo do recurso aos tribunais, nos termos da lei, se não for obtida junto da Vimágua uma resposta atempada ou fundamentada ou a mesma não resolver satisfatoriamente a reclamação apresentada, o cliente pode solicitar a intervenção das entidades com competência na resolução extrajudicial de conflitos, designadamente, o Centro de Conflitos de Consumo do Vale do Ave.
4. A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR I.P.) tem por missão a regulação dos setores dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

11.^a

Dados Pessoais

1. Os dados pessoais relativos ao utilizador, recolhidos no âmbito do presente contrato, são processados automaticamente e destinam-se à sua execução e à prestação de serviços afins, podendo os interessados devidamente identificados, exercer os direitos que decorrem da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD), junto da Vimágua EIM SA, enquanto entidade responsável pelo tratamento.
2. Qualquer alteração dos elementos constantes do contrato relativos à identificação, residência ou sede do cliente, deve ser comunicada por este à Vimágua, através de carta registada com aviso de receção ou junto dos nossos serviços no prazo de 30 dias a contar da data da alteração, devendo, ainda, o utilizador, apresentar comprovativos da alteração verificada, quando tal lhe for exigido pela Vimágua.

12.^a

Legislação aplicável

1. Este contrato submete-se às disposições constantes do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, e à demais legislação aplicável, nomeadamente, a Lei n.º 23/96 de 26 de julho, alterada pela Lei 12/2008 de 26 de fevereiro; o Decreto-lei 194/2009 de 20 de agosto e o Decreto Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto.
2. Em caso de dúvida ou de divergência, considera-se que o sentido interpretativo das condições deste contrato é o que resultar da prevalência das disposições legais e regulamentares enunciadas.

13.^a Integração

Salvo disposição legal em contrário, considera-se que o contrato passa a integrar automaticamente as condições, direitos e obrigações, bem como todas as modificações, decorrentes das normas legais e regulamentares aplicáveis, posteriormente publicadas.

Assinatura do Utilizador

Declaro que tomei conhecimento

Pela Vimágua

Política Geral da Proteção de Dados Pessoais

A Vimágua assegura o cumprimento das obrigações legais decorrentes da entrada em vigor do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação vigente e conexas à matéria de proteção de dados pessoais, no âmbito da recolha e tratamento dos dados pessoais que venha a efetuar.

- I. Quem é o «Responsável» pelo tratamento dos meus dados pessoais?
- II. Para que finalidade vão ser tratados os meus dados pessoais e qual o fundamento de licitude?
- III. Que dados pessoais são tratados?
- IV. Como é que os meus dados pessoais vão ser tratados?
- V. Quem são os destinatários dos meus dados pessoais?
- VI. Durante quanto tempo vão ser tratados os meus dados pessoais?
- VII. Que direitos tenho sobre os meus dados pessoais?
- VIII. Quem posso contactar para obter resposta a todas as minhas questões?

I.

Quem é o «Responsável» pelo tratamento dos meus dados pessoais?

A Vimágua, empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela EIM SA é a responsável pelo tratamento.:

II.

Para que finalidade vão ser tratados os meus dados pessoais e qual o fundamento de licitude?

O tratamento dos dados pessoais dos utilizadores tem como finalidade principal a gestão de pedidos de fornecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas e fundamenta-se em diligências pré-contratuais ou na execução de um contrato existente entre os utilizadores e a Vimágua.

III.

Que dados pessoais são tratados?

No contexto da celebração de contrato de fornecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas, a Vimágua procederá à recolha e tratamento das seguintes categorias de dados pessoais dos utilizadores:

1. Dados de identificação e de contacto
2. NIF
3. Dados relativos à instalação (prédio)
4. Dados de pagamento e/ou informações no contexto de resposta a quaisquer questões, solicitações ou reclamações por parte do utilizador.

IV.

Como é que os meus dados pessoais vão ser tratados?

Os dados pessoais fornecidos pelos utilizadores serão tratados pela Vimágua no contexto das finalidades antes indicadas, de acordo com a sua política e as normas internas e com recurso a medidas técnicas e organizativas adequadas para promover a respetiva segurança e confidencialidade, nomeadamente em relação ao tratamento não autorizado ou ilícito dos seus dados pessoais e à respetiva perda, destruição ou danificação accidental.

V.

Quem são os destinatários dos meus dados pessoais?

I. «Subcontratantes»

Os dados pessoais dos utilizadores podem ser facultados às empresas encarregues da prestação de serviços e produtos à Vimágua.

Estas empresas estão vinculadas à Vimágua por contrato escrito, apenas podem tratar os dados pessoais dos utilizadores para os fins especificamente estabelecidos acima e não estão autorizadas a tratar os dados pessoais dos utilizadores, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.

II. «Terceiros»

Em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais, os dados pessoais poderão também ser transmitidos a autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias e ainda a entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude, estudos de mercado ou estatísticos.

VI.

Durante quanto tempo vão ser tratados os meus dados pessoais?

Os dados pessoais dos utilizadores serão conservados:

- Pelo período de **10 (dez) anos** após a cessação do contrato, sem prejuízo da conservação dos dados pessoais por um período mais alargado para o cumprimento de obrigações legais;

VII.

Que direitos tenho sobre os meus dados pessoais?

Os utilizadores têm o direito de:

- I. solicitar e receber todas as informações pertinentes a respeito do tratamento de dados pessoais efetuado pela Vimágua;
- II. solicitar o acesso aos seus dados pessoais, designadamente, obter a confirmação de que os seus dados pessoais são objeto de tratamento;
- III. retificar, apagar ou restringir o tratamento dos dados pessoais por parte da Vimágua.

Os utilizadores têm igualmente o direito de apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD, se considerarem que o tratamento realizado aos dados pessoais viola os seus direitos e/ou as leis de proteção de dados aplicáveis.

VIII.

Quem posso contactar para obter resposta a todas as minhas questões?

Os utilizadores poderão a qualquer momento, por escrito:

- I. Exercer os direitos consagrados na Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável e contactar o encarregado de proteção de dados da Vimágua para quaisquer questões relacionadas com a proteção e privacidade dos seus dados pessoais através do e-mail protecaodedados@vimagua.pt

Assinatura do Utilizador

Declaro que tomei conhecimento

Pela Vimágua

TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Tratamento de Dados Pessoais

As atividades de tratamento de dados pessoais estão fundamentadas na execução do contrato, sendo realizadas exclusivamente para efeitos de gestão da relação contratual e obrigações legais, de acordo com os termos da Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados utilizadores dos serviços disponibilizada no verso e com as condições da Política de Proteção de Dados Geral, disponível em www.vimagua.pt. Os (as) titulares dos dados podem solicitar informações, apresentar reclamações ou exercer os seus direitos de proteção de dados, nomeadamente os direitos de informação, acesso, consulta, retificação, oposição ao tratamento, portabilidade ou apagamento, através de contacto com a Encarregada da Proteção de Dados, pelo correio eletrónico protecaodedados@vimagua.pt

TERMOS DE FUNDAMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS

Ref.^a: EPD/Vimágua/Form/ 001Comercial

Nome do Formulário: Contrato

Fundamento de Legitimidade: Execução do Contrato

Finalidade: Gestão da Relação Laboral

Unidade Orgânica: Setor Comercial

Tipo de Termo: Termo de Informação

Versão de Termo: 1.0

Data de Elaboração: 15 de maio de 2023

Data de Aplicação: 15 de maio de 2023

Ficha de Informação: utilizadores dos serviços

Políticas: Política de Proteção de Dados da Vimágua EIM SA

Canais: Atendimento Presencial/Atendimento à distância

Arquivo de Evidência: EPD/Vimágua/Formulários

Observações: